

A EDUCAÇÃO SUPERIOR PELO PRISMA DA OCDE E A REALIDADE DO BRASIL

Na edição anterior da Linha Direta, os autores apresentaram dados acerca da educação no País e destacaram a realidade brasileira no que diz respeito ao Ensino Superior. Confira a segunda parte do artigo.

POR QUE É PRECISO MUDAR O MODELO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA?

A resposta a essa questão é complexa, e dentre outras justificativas, pode estar pautada nas reflexões anteriores e, também, no fato de o modelo conservador atual, além de não ter sintonia com a realidade deste século, nem com o perfil dos jovens e adultos, caracteriza-se como excludente, isto é, apenas poucos estudantes têm acesso à educação empreendedora e criativa. Não há política explícita de fomento à inovação e à criação. Há, sim, a cultura de estudar para buscar um “bom emprego”, em todas as áreas, quando a concepção de empregabilidade está, cada vez mais, sendo substituída pela concepção de trabalhabilidade.

Fava (2017), no livro *Trabalho, educação e inteligência artificial: a era do indivíduo versátil*, explica que

A geração Y (jovens nascidos entre 1980 e 2000) e a geração Z (jovens nascidos após o ano 2000) não aceitam trabalho repetitivo, padronizado, monótono e sem propósito. Eles buscam liberdade para conceber, criar, laborar, aspiram a ambientes flexíveis e colaborativos etc. Em virtude disso, a IES deverá alterar sua filosofia, seus princípios e seus modelos, com o intuito de preparar os estudantes para a transição do *work to* (empregabilidade) para o *work with* (trabalhabilidade), desenvolvendo criatividade, empreendedorismo, valores humanos e menos rigidez no tempo e no espaço.

Assim, fica evidente que empreender, como forma de fomento à livre-iniciativa, às novas ideias e aos novos negócios, jamais foi incentivado na grande maioria das IES brasileiras.

A realidade atual da Educação Superior brasileira não valoriza a responsabilidade e o compromisso com a formação. Via de regra, aos alunos são delegadas posições secundárias de meros espectadores no processo de ensino-aprendizagem; pouco se tem feito para que os aprendizes busquem atividades responsáveis na aprendizagem e no pensar do futuro pessoal e do país em que vivem. Pesquisas apontam que os alunos estudam para obter um diploma, com o propósito de obter um emprego e não um aprendizado significativo para a vida, com vistas a contribuir com as soluções dos problemas dos cotidianos locais e globais do Brasil e do planeta.

Nesse contexto, a questão da tecnologia é preocupante e arrasadora, pois sabemos que, de forma indireta, o atraso educacional é multifatorial, com destaque para a não modernização dos processos de aprendizagem, do custo dos equipamentos e da dificuldade de acesso às metodologias ativas e criativas, além dos aspectos já mencionados.

É importante ainda lembrar que nenhum esforço gerará resultados minimamente satisfatórios se não se considerar a importância do professor no processo educacional. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, no ambiente escolar, incluindo o universitário, as relações aluno-professor representam uma das mais importantes vertentes de socialização. Essa relação, apesar de algumas vezes revestida de certo desprezo, é responsável pelo aprofundamento do aprendizado mais relevante e significativo, pois permite derrubar barreiras que são impeditivas ou entaves ao aprendizado.

Para Lima e Stela (2020), para que a relação aluno-professor seja colocada a favor da qualidade do ensino, os gestores precisam tomar consciência de sua importância, além de os professores assumirem posição de profissionais empoderados no sentido de realmente se sentirem como referencial para seus alunos, ou seja, que valorizem, cada vez mais, a consciência de seu papel e de sua responsabilidade como educadores e facilitadores da busca do saber crítico, reflexivo e analítico.

Nesse contexto, seria correto afirmar que uma das maiores dificuldades que a Educação Superior tem que enfrentar urgentemente é que a maioria dos professores está defasada na aplicação das novas tecnologias e, conseqüentemente, na utilização adequada das novas metodologias para o ensino e a aprendizagem. A maioria dos professores do Brasil foi formada para ministrar conteúdos e não para desenvolver competências, habilidades e atitudes. Como readaptá-los? Estamos falando do conjunto dos docentes do País, do Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior. Esse é um desafio gigantesco e complexo, que precisa ser atacado urgentemente por todas as áreas do Estado brasileiro, porque, independentemente do modelo educacional, o professor prosseguirá sendo o ator medular, indispensável e primordial no processo formativo dos estudantes.

A incorporação das novas tecnologias digitais de informação e comunicação no processo de aprender a aprender ainda está muito aquém da necessidade urgente que se impõe. Assim, como falar em educação com qualidade, pautada na sustentabilidade, na inclusão e na diversidade?



Educadores e gestores defendem a necessidade de um bom sistema de Ensino Superior que garanta a qualidade na entrega dos serviços educacionais, que substitua o paradigma de disciplinas estanques dispostas em uma grade ou matriz curricular, que acabe com o sequenciamento engessado, que garanta a inclusão e a diversidade em um contexto sustentável, considerando a realidade econômica, assim como as práticas que foram e estão sendo aplicadas com sucesso durante a pandemia da Covid-19, tais como a convivência das modalidades presencial e a distância; a metodologia híbrida; a valorização das atividades de extensão como possibilidade concreta de aproximação com a realidade vivida e com a contextualização da aprendizagem etc.

Para o sucesso da transição do modelo educacional conservador para o modelo inovador, são fundamentais o planejamento e a gestão coerentes com a missão, os valores, os objetivos institucionais, bem como com a aderência à realidade local, regional e global.



Os sistemas atuais não estão alcançando o ambicioso objetivo de preparar os estudantes para o sucesso no futuro, quando as ocupações serão muito diferentes das existentes. As lacunas entre o que os alunos necessitam e o que estão recebendo são quase uma irresponsabilidade de nossas escolas, que, por motivos de resistência ou medo de enfrentar o desconforto do futuro, tentam fazer apenas incrementos, maquiagens, com uma pseudoutilização de tecnologias e metodologias denominadas ativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo não tem a intenção de esgotar o tema, muito pelo contrário: objetiva iluminar a problemática como forma de contribuir com o debate, apontando caminhos e defendendo claramente posição pela transformação do modelo de Educação Superior conservador para o modelo inovador que permita atender às demandas do século XXI, resultando em uma formação acadêmica que rompa com a lógica do século XX, que valorize a ciência e a tecnologia e que introduza os estudantes e os professores na era pós-moderna humanista e globalizada.

As reflexões apresentadas se originam no fato de, em geral, a Educação Superior no Brasil não estar propiciando formação acadêmica coerente com os desafios do século XXI. A Educação Superior brasileira ainda está focada em questões e necessidades do século anterior. Ainda há o medo de propiciar a autonomia para a aprendizagem dos estudantes, com responsabilidade, ética e interesse público. Sobre esse posicionamento, Fava afirma o seguinte:

Esse autor defende explicitamente um modelo acadêmico mais coerente com o mundo tecnológico que estamos vivenciando. Segundo ele, o modelo por competência suprime o milenar sequenciamento de conteúdos baseados em disciplinas cartesianas e passa a encaixar os conteúdos de acordo com as competências a serem desenvolvidas. Também proporciona flexibilidade para o estudante nas escolhas das competências nas quais deseja se especializar. Ele declara que, lamentavelmente, o Brasil está na contramão do incremento da automação, perdendo competitividade, deixando nosso País cada vez mais distante das benesses proporcionadas pela tecnologia nas nações desenvolvidas.

Será que o Brasil não acredita que a inteligência artificial mudou e mudará, mais radicalmente, os relacionamentos e as relações de trabalho, impactando decisivamente nos processos de formação dos profissionais de todos os níveis educacionais?

Com base nas evidências, podemos afirmar que a inteligência artificial ainda não foi absorvida nem considerada nos processos brasileiros, apesar de vários

“ (...) é fundamental que educadores, gestores e formuladores de políticas públicas se unam, a fim de acelerar esse movimento de construção coletiva de uma Educação Superior coerente com o século XXI ”

educadores apontarem que as ocupações físicas, repetitivas e preditivas se tornarão automatizadas. Precisamos urgentemente assumir que a realidade está em pleno processo de mutação e incorporar a tecnologia, como aliada, aos nossos saberes e práticas.

Desta forma, é fundamental mudar o modelo educacional, alterando conteúdos, competências e habilidades dirigidos aos estudantes com vistas a atender as tarefas rotineiras, repetitivas, preditivas e impessoais, porque essas tarefas, cada vez mais, estão sendo atendidas por robôs, automação e inteligência artificial. Assim, precisamos assumir o modelo que leva os estudantes a adquirirem conhecimentos relevantes, como aplicá-los de maneira eficiente e eficaz, desenvolver competências conceituais, atitudinais, procedimentais, ensinar a pensar, a sentir, a agir, a discernir e desenvolver as inteligências cognitiva, emocional, volitiva e *decernere*.

Como podemos constatar, a flexibilidade curricular é estratégica na formação acadêmica de qualidade e está preconizada e incentivada na maioria das Diretrizes Curriculares Nacio-

nais (DCNs), aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), porém a flexibilidade curricular ainda não é realizada pelo conjunto das IES.

Apesar de os formuladores e gestores de políticas entenderem, principalmente na teoria, a necessidade de a educação brasileira passar por uma metamorfose, os modelos pedagógicos criativos, de boa preparação para as necessidades da sociedade pós-moderna e futurista, ainda são raros no Brasil. Pouco se vê, nas propostas curriculares, um perfil do egresso que atenda, com competência e ética, aos novos desafios e demandas deste século. O que dizer então da ausência de um aprendizado interdisciplinar? Essa reflexão sobre interdisciplinaridade será tema de outro artigo devido à densidade do problema.

Outro aspecto a ser considerado nesse debate é o excessivo controle da Educação Superior pelo Ministério da Educação (MEC), que, por meio da regulação, avaliação e supervisão, preconiza a Educação Superior pouco criativa e pouco inovadora, induzindo as IES a adotarem currículos conteudistas não flexíveis, pautados em disciplinas sequenciadas.

O Brasil ainda deve muito à modernidade do século XXI. Essa dívida é resultante da falta de sintonia com o futuro dos seus dirigentes educacionais, pela atuação corporativa dos sindicatos e corporações de fiscalização profissionais e, por último, mas não finalmente, pela falta de visão dos governantes que, com raras exceções, pensam o novo com a cabeça velha. Resultado: nada muda, ou, se muda, é apenas uma mudança superficial de forma, não de mérito e de conteúdo.

Finalizando, podemos constatar que a realidade da Educação Superior brasileira, apesar de algumas experiências inovadoras, ainda está em desacordo com as recomendações da OCDE. Nesse sentido, é fundamental que educadores, gestores e formuladores de políticas públicas se unam, a fim de acelerar esse movimento de construção coletiva de uma Educação Superior coerente com o século XXI. ■